



Estado do Pará
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 32.005
de 05/11/15, pp. 62
4
Responsável

RESOLUÇÃO Nº 012/2015/TCM-PA

Dispõe sobre a concessão, aplicação e prestação de contas de recursos em Regime de Adiantamento (Suprimento de Fundos) no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

O Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando os Artigos 68 e 69, da Lei 4320/64 que “Estatuiu Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”;

Considerando a necessidade de disciplinar a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos no âmbito interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

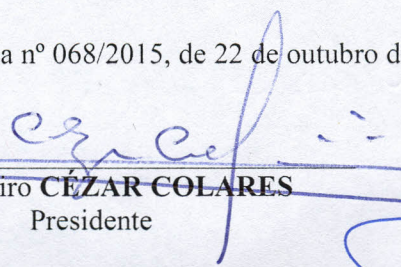
Considerando a finalidade constitucional do sistema de controle interno de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

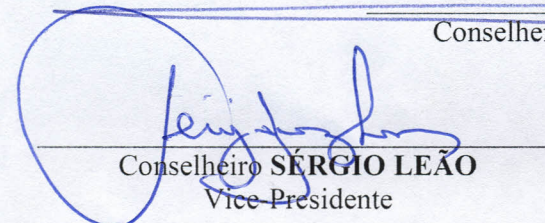
RESOLVE,

Art. 1º. Regulamentar, nos termos do Manual que é parte integrante desta Resolução, a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos em **Regime de Adiantamento (Suprimento de Fundos)**, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

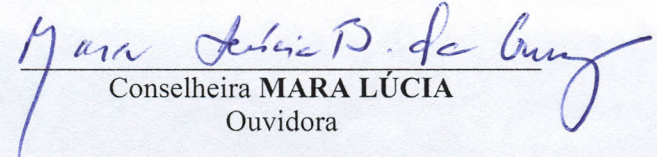
Art. 2º. Revogar todas as disposições em contrário, em especial a Resolução TCM-PA nº 9.612/2009.

Plenário “Alacid Nunes” em Sessão Ordinária nº 068/2015, de 22 de outubro de 2015.


Conselheiro **CÉZAR COLARES**
Presidente

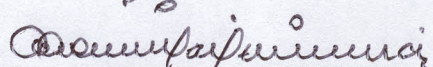

Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**
Vice-Presidente


Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**
Corregedor


Conselheira **MARA LÚCIA**
Ouvidora

Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**

Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**


Conselheiro **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**

~~Machado, responsável pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Xinguara, no período de 01/04 a 31/12/2012, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa, nos autos do Processo nº 874022012-00, referente à prestação de contas daquele Fundo, no referido período, sob pena de revelia.~~

~~Belém, 27 de outubro de 2015.~~

~~Conselheiro Sérgio Leão – Relator/1ª Controladoria/TCM~~

~~**EDITAL DE CITAÇÃO Nº 1018/2015/1ª**~~

~~**CONTROLADORIA/TCM-PA**~~

~~**(PROCESSO Nº 870022012-00)**~~

~~De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Valdir Manoel da Silva.~~

~~O Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, combinado com o art. 76 da Lei nº 084/2012, Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, com as alterações introduzidas pelo Ato de nº 16, de 17 de dezembro de 2013, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, ao Senhor Valdir Manoel da Silva, responsável pela Câmara Municipal de Xinguara, no exercício financeiro de 2012, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa, nos autos do Processo nº 870022012-00, referente à prestação de contas daquela Câmara, no referido exercício, sob pena de revelia.~~

~~Belém, 27 de outubro de 2015.~~

~~Conselheiro Sérgio Leão – Relator/1ª Controladoria/TCM~~

~~**EDITAL DE CITAÇÃO Nº 1019/2015/1ª**~~

~~**CONTROLADORIA/TCM-PA**~~

~~**(PROCESSO Nº 470022013-00)**~~

~~De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Durval Pantoja da Rocha.~~

~~O Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, combinado com o art. 76 da Lei nº 084/2012, Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, com as alterações introduzidas pelo Ato de nº 16,~~

~~de 17 de dezembro de 2013, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, ao Senhor Durval Pantoja da Rocha, responsável pela Câmara Municipal de Moju, no exercício financeiro de 2013, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa, nos autos do Processo nº 470022013-00, referente à prestação de contas daquela Câmara, no referido exercício, sob pena de revelia.~~

~~Belém, 27 de outubro de 2015.~~

~~Conselheiro Sérgio Leão – Relator/1ª Controladoria/TCM~~

~~**EDITAL DE CITAÇÃO Nº 1020/2015/2ª**~~

~~**CONTROLADORIA/TCM-PA**~~

~~**(PROCESSO Nº 424252008-00)**~~

~~De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Noé Carlos Von Atzingen.~~

~~O Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios no uso de suas atribuições e com base no art. 67, inciso VII do Ato nº 16/2013 – Regimento Interno do TCM, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, ao Senhor Noé Carlos Von Atzingen, responsável pela Fundação Casa Cultura do Município de Marabá, no exercício financeiro de 2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 424252008-00, referente à prestação de contas daquela Fundação, no referido exercício, sob pena de revelia.~~

~~Belém, 27 de outubro de 2015.~~

~~Conselheiro Cezar Colares – Relator/2ª Controladoria/TCM~~

~~**EDITAL DE CITAÇÃO Nº 1021/2015/2ª**~~

~~**CONTROLADORIA/TCM-PA**~~

~~**(PROCESSO Nº 334142011-00)**~~

~~De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Roberto Pina de Oliveira.~~

~~O Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios no uso de suas atribuições e com base no art. 67, inciso VII do Ato nº 16/2013 – Regimento Interno do TCM, cita através do presente~~

~~Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, ao Senhor Roberto Pina de Oliveira, responsável pelo FUNDEB do Município de Igarapé-Miri, no exercício financeiro de 2011, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 334142011-00, referente à prestação de contas daquele Fundo, no referido exercício, sob pena de revelia.~~

~~Belém, 27 de outubro de 2015.~~

~~Conselheiro Cezar Colares – Relator/2ª Controladoria/TCM~~

~~**Protocolo 888745**~~

~~**RESOLUÇÃO Nº 012/2015/TCM-PA**~~

~~Dispõe sobre a concessão, aplicação e prestação de contas de recursos em Regime de Adiantamento (Suprimento de Fundos) no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais; Considerando os Artigos 68 e 69, da Lei 4320/64 que “Estatuiu Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”;~~

~~Considerando a necessidade de disciplinar a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos no âmbito interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; Considerando a finalidade constitucional do sistema de controle interno de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;~~

~~RESOLVE,~~

~~Art. 1º. Regulamentar, nos termos do Manual que é parte integrante desta Resolução, a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos em Regime de Adiantamento (Suprimento de Fundos), no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.~~

~~Art. 2º. Revogar todas as disposições em contrário, em especial a Resolução TCM-PA nº 9.612/2009.~~

~~Plenário “Alacid Nunes” em Sessão Ordinária nº 068/2015, de 22 de outubro de 2015.~~

CÉZAR COLARES
Conselheiro Presidente

SÉRGIO LEÃO
Conselheiro Vice-Presidente
MARA LÚCIA
Conselheira Ouvidora
JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro

DANIEL LAVAREDA
Conselheiro Corregedor
ALOÍSIO CHAVES
Conselheiro
ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES
Conselheiro

**MANUAL DE CONCESSÃO, APLICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE
CONTAS DE RECURSOS EM RÉGIME DE ADIANTAMENTO
(SUPRIMENTO DE FUNDOS) - 2015**

Guia para concessão, execução e prestação de contas de recursos financeiros para custeio de despesas que não possam se subordinar ao regime normal de aplicação.

SUMÁRIO

1.	CONCEITOS	1
2.	APLICABILIDADE DO RÉGIME DE ADIANTAMENTO (SUPRIMENTO DE FUNDOS)	1
3.	VEDAÇÕES	1
4.	LÍMITE DE CONCESSÃO	2
5.	ELEMENTOS DE DESPESA PASSÍVEIS DE EMPENHOS EM RÉGIME DE ADIANTAMENTO	2
6.	SERVIDORES AUTORIZADOS A RECEBER SUPRIMENTO DE FUNDOS	2
7.	IMPEDIMENTOS AO RECEBIMENTO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	3
8.	PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	3
9.	ENTREGA DE NUMERÁRIO	4
10.	REGRAS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS	4
11.	REGRAS PARA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS	4
12.	LIQUIDAÇÃO DA DESPESA	5
13.	RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS	5
14.	DEVERES DO SUPRIDO	5
15.	DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	6
16.	LOCAL, PRAZO E FORMA PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	6
17.	ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	6
18.	APROVAÇÃO DAS CONTAS	7
19.	CONTAS REPROVADAS	7
20.	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	7
21.	PENALIDADES	7
22.	PONTOS DE CONTROLE	8
23.	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	8
24.	NORMAS APLICÁVEIS	9
-	ANEXOS	

1. CONCEITOS

1.1. Regime de Adiantamento: é o regime aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, usualmente denominado “Suprimento de Fundos”.

1.2. Empenho: ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

1.3. Ordenador de Despesas: pessoa responsável pela gestão dos recursos públicos dentro de uma unidade gestora.

1.4. Suprido: servidor responsável pela aplicação dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos, reconhecidamente preposto da autoridade que o concedeu.

1.5. Servidor em alcance: considerado aquele que deixar de prestar contas dentro do prazo expressamente fixado, que aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor, der causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, ou ainda, ao que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos.

2. APLICABILIDADE DO REGIME DE ADIANTAMENTO (SUPRIMENTO DE FUNDOS)

2.1. A concessão de recursos financeiros em Regime de Adiantamento, tratada neste Regulamento com a denominação “Suprimento de Fundos”, é aplicável ao pagamento de despesas que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação.

2.2. São passíveis de custeio com recursos concedidos como Suprimento de Fundos as despesas:

I - de pequeno valor, decorrentes de aquisições ou serviços não abrangidos por contrato vigente;

II - realizadas em viagem a serviço, diligências, inspeções e tomadas de contas autorizadas pelo Presidente do TCM-PA, que exijam pronto pagamento, que por sua peculiaridade não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação;

III - outras urgentes e inadiáveis.

2.3. É de responsabilidade do Presidente do TCM-PA a autorização da despesa, a devida justificativa da inviabilidade da realização da despesa pública pelo processo normal de aplicação, bem como da sua urgência, quando for o caso.

3. VEDAÇÕES

3.1. É vedada ao TCM-PA conceder Suprimento de Fundos para a realização das seguintes despesas:

I. aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial classificada como despesa de capital, exceto em situações excepcionais, as de pequeno vulto, mediante justificativa do Presidente do TCM-PA.

II. aquisição de bens ou serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores ultrapassar o limite para dispensa de licitação de maneira que possa caracterizar fracionamento de despesa;

III. aquisição de bens ou serviços para os quais existam ou devam existir contratos de fornecimento;

IV. pagamento de diárias;

V. pagamento de Pessoal.

VI. pagamento de despesas com locomoção urbana na sede da lotação do servidor.

3.2. É vedado ao servidor responsável por Suprimento de Fundos:

I - aplicar os recursos em desacordo com as normas legais e deste Regulamento, cuja ocorrência implicará na devolução do valor recebido, independente da aplicação das sanções disciplinares cabíveis.

II - conceder ou transferir a outrem os recursos recebidos;

III - efetuar compras parceladas.

4. LIMITE DE CONCESSÃO

4.1. A concessão de Suprimento de Fundos fica limitada a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a modalidade de licitação CONVITE estabelecido na Alínea “a”, do Inciso II, do Art. 23, da Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98.

4.2. O limite para realização das despesas com suprimento de fundos deve ser verificado cumulativamente com as demais despesas custeadas no mesmo subelemento, realizadas com fundamento no Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98;

4.3. Excetuam-se do limite disposto nos itens precedentes a aplicação de Suprimento de Fundos em despesas realizadas em viagem a serviço, diligências, inspeções e tomadas de contas que exijam pronto pagamento, que por sua peculiaridade não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação e outras urgentes e inadiáveis, desde que autorizadas e justificadas pelo Presidente, conforme item 2.2, II e III.

5. ELEMENTOS DE DESPESA PASSÍVEIS DE EMPENHO COMO SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.1. Material de Consumo;

5.2. Passagens e Despesas com Locomoção;

5.3. Serviços de Terceiros- Pessoa Física;

5.4. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

5.5. Material Permanente, em situações excepcionais e

devidamente justificadas.

5.6. A classificação orçamentária e contábil das despesas realizadas com Suprimento de Fundos observará as regras e as contas determinadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

6. SERVIDORES AUTORIZADOS A RECEBER SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.1. Para realização de despesa na sede do TCM-PA, são autorizados a receber Suprimento de Fundos:

a) Diretor Administrativo-Adjunto;

b) servidores lotados na Diretoria Administrativa, designados pelo Diretor Administrativo;

c) excepcionalmente, em virtude de justificada impossibilidade, o Diretor Administrativo poderá designar servidor não lotado na Diretoria Administrativa;

6.2. Para realização de despesa fora da sede do TCM-PA, são autorizados a receber Suprimento de Fundos:

a) servidores lotados nas Controladorias, quando em viagem a serviço, indicados pelo Conselheiro ao qual a Controladoria está vinculada ou por seu substituto;

b) servidores designados pela Presidência do TCM-PA, quando em viagem a serviço.

7. IMPEDIMENTOS AO RECEBIMENTO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

7.1. Estará impedido de receber Suprimento de Fundos o servidor que se encontrar:

a) respondendo inquérito/processo administrativo;

b) declarado em alcance;

c) responsável por dois adiantamentos;

d) em atraso com apresentação de prestação de contas.

8. PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

8.1. Da solicitação de Suprimento de Fundos, feita em formulário próprio (Anexo I), deverá necessariamente constar:

I - identificação do requerente;

II - classificação e valor da despesa;

III - finalidade e justificativa;

IV - designação do suprido;

V - prazo de aplicação.

8.2. O pedido de concessão de Suprimentos de Fundos será apresentado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, que efetuará protocolo no SISPAD como “Concessão de Recursos Financeiros em Regime de Adiantamento/Suprimento de Fundos”, verificará a pertinência do pedido e a possibilidade da concessão ao servidor designado.

8.3. Em seguida, os autos serão encaminhados à DIRETORIA E ORÇAMENTO E FINANÇAS para informar o saldo orçamentário na dotação específica.

8.4. Retornado os autos, a DIRETORIA ADMINISTRATIVA submeterá a solicitação ao Presidente do TCM-PA para autorização.

8.5. Na hipótese de indeferimento do pedido de Suprimento de Fundos, após despacho denegatório assinado pela autoridade competente, o processo será arquivado.

8.6. Autorizada pelo Ordenador de Despesas, serão os autos encaminhados à DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS para emissão da portaria, a ser assinada por seu Titular, na qual deverá constar:

I - data da concessão;

II - natureza da despesa;

III - finalidade;

IV - o nome completo, matrícula, cargo ou função do suprido;

V - o valor do suprimento em expressão monetária e por extenso;

VI - o período de aplicação;

VII - o prazo para prestação de contas.

8.7. Instruídos com a portaria devidamente publicada, serão os autos encaminhados à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS para emissão da Nota de Empenho e Ordem Bancária, com antecedência mínima de dois dias úteis, que é o prazo mínimo hábil para processamento do crédito bancário e disponibilização do recurso solicitado.

8.8. O processo de “Concessão de Recursos Financeiros em Regime de Adiantamento/Suprimento de Fundos” permanecerá na DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, que deverá estar instruído com os seguintes documentos:

I - formulário de solicitação de concessão de Suprimento de Fundos (Anexo I);

II - despacho da DIRETORIA ADMINISTRATIVA relativo à pertinência do pedido e à possibilidade de concessão ao servidor designado;

III - informação contendo a dotação orçamentária pela qual correrá a despesa com indicação do saldo nela existente para dispensa de licitação;

IV - despacho do Presidente autorizando a despesa;

V - ato de concessão publicado no Diário Oficial do Estado;

VI - nota de empenho;

VII - ordem bancária.

8.9. A prestação de contas deverá ser apresentada na DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, que no ato lançará o recebimento em campo próprio no SISPAD, com entrega da folha de rosto ao suprido, devendo ser providenciada a imediata juntada e

anotação em destaque na capa do processo físico respectivo.

9. ENTREGA DE NUMERÁRIO

9.1. A entrega de numerário será feita mediante habilitação de cartão bancário para movimentação dos recursos pelo suprido, mediante senha específica.

10. REGRAS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

10.1. Devem ser aplicados exclusivamente pelo servidor suprido e conforme finalidade e natureza especificada no ato de concessão e na Nota de Empenho.

10.2. O prazo máximo para aplicação é de 30 dias para aquisição de materiais ou realização de serviços, a contar da data do crédito na conta corrente específica, exceto para os recursos concedidos no mês de dezembro, cuja aplicação deve observar a data limite para prestação de contas, que é o dia 15 do mês de janeiro do exercício subsequente.

11. REGRAS PARA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS

11.1. Somente serão aceitos as notas ou cupons fiscais e recibos ou documento auxiliar de nota fiscal:

I - emitidos em nome do TCM-PA, por quem prestou o serviço ou forneceu o material;

II - contendo a discriminação do serviço prestado ou material adquirido de forma clara e precisa, sem generalização ou abreviações que dificultem ou impossibilitem a necessária identificação da despesa efetivamente realizada;

III - individualizados para cada elemento de despesa, sendo vedada a emissão de um só documento para comprovação da aquisição de material de consumo e de prestação de serviço de terceiros;

IV - sem rasuras, acréscimos por emendas ou entrelinhas;

V - com data rigorosamente dentro do período de aplicação definido no ato de concessão e na Nota de Empenho;

VI - quando se tratar de recibo emitido por pessoa física, contendo nome completo, números da carteira de identidade e CPF, endereço completo com CEP e número de telefone do fornecedor ou prestador de serviço;

VII - acompanhados da documentação fiscal dos recolhimentos devidos quando a operação estiver sujeita a tributação, verificada a conformidade com os percentuais definidos nos regulamentos respectivos.

12. LIQUIDADAÇÃO DA DESPESA

12.1. A liquidação de despesa deverá ser atestada na frente ou verso do comprovante de despesa:

I - pelo chefe da Divisão de Material, quando se tratar de aquisição de material na sede;

II - pelo Diretor Administrativo quando se tratar da prestação de serviço;

III - pelo diretor, pelo controlador ou pelo presidente da inspeção ou diligência, conforme o caso, quando se tratar de aquisição de material ou serviço fora da sede em viagem a serviço.

13. RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS

13.1. Na gestão financeira dos Suprimentos de Fundos serão observadas e cumpridas as exigências oriundas das retenções de tributos federais, estaduais e municipais, inclusive impostos e encargos relativos à prestação de serviços por pessoa física, cujos recolhimentos serão efetuados nos prazos legais, observada, em qualquer hipótese, como data limite o último dia para apresentação da prestação de contas.

13.2. É de responsabilidade do suprido o recolhimento dos tributos e encargos decorrentes da despesa realizada, cabendo à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS fornecer orientação técnica para realização do procedimento, se necessário.

13.3. É vedado o pagamento de juros, multas e demais acréscimos decorrentes de recolhimentos fora do prazo, com recursos provenientes do Suprimento de Fundos recebido, ônus que é de inteira responsabilidade do suprido.

14. DEVERES DO SUPRIDO

14.1. São deveres do suprido:

I - a aplicação dos recursos na finalidade autorizada no ato concessivo, limitada a despesa ao montante concedido;

II - a regular aplicação do suprimento de fundos no prazo estabelecido;

III - a apresentação da prestação de contas no prazo e forma exigida neste regulamento;

IV - a restituição do valor integral ou do saldo remanescente do suprimento de fundos concedido, na hipótese de ter havido saque para utilização dos recursos em espécie.

15. DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

15.1. O Suprimento de Fundos deverá ser restituído, integral ou parcialmente, até o prazo limite para prestação de contas, mediante depósito identificado na conta corrente nº - tipo da agência nº, do Banco 001 - Banco do Brasil, de titularidade do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

16. LOCAL, PRAZO E FORMA PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1. A prestação de contas do Suprimento de Fundos deverá ser entregue na DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do término do período de aplicação.

16.2. Os documentos de prestação de contas deverão ser juntados no processo de Suprimento de Fundos já formalizado e

devidamente autuados.

16.3. É de responsabilidade da DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS o controle de prazo de entrega da prestação de contas pelo suprido.

16.4. A prestação de contas deverá ser constituída de:

I - solicitação de concessão de Suprimento de Fundos (Anexo I);

II - relatório de prestação de contas/demonstrativo de receita/despesa (Anexo II);

III - comprovante de crédito bancário original;

IV - vias originais dos seguintes comprovantes de despesas:

a) documento fiscal de prestação de serviços, quando pessoa jurídica;

b) documento fiscal de venda ao consumidor, quando se tratar de material de consumo;

c) recibo, inclusive relativo a despesas com locomoção em serviço pagos à pessoa física (Anexo III);

d) comprovante de recolhimento das retenções (INSS, ISS e IRRF);

VI - despesas relacionadas com deslocamento, pagos à pessoa jurídica;

VII - comprovante de recolhimento do saldo remanescente, se for o caso.

16.5. Os documentos, um por folha, devem ser apresentados afixados em folhas de papel A4, devidamente numeradas e rubricadas.

16.6. Na hipótese de não ter ocorrido realização da despesa, a prestação de contas constituir-se-á:

I - do relatório;

II - do comprovante de recolhimento do valor integral.

16.7. Havendo a devolução do valor integral ou de saldo não aplicado, deverá a DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS providenciar a anulação do empenho, juntado aos autos a nota respectiva.

16.8. Expirado o prazo sem apresentação da prestação de contas, a DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS encaminhará o Processo de Suprimento de Fundos à COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO que notificará o suprido para que a apresente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de imediata instauração de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

17. ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

17.1. A análise da prestação de contas a ser apresentada pelo suprido, deverá ser realizada pela DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, que emitirá informação acerca de sua regularidade ou indicará as falhas ou irregularidades existentes.

17.2. Concluída a análise, a DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS encaminhará a prestação de contas do suprido à COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO.

17.3. Após emissão do parecer, a COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO manifestando-se pela regularidade

das contas ou por sua irregularidade total ou parcial com as recomendações respectivas, encaminhará a prestação de contas ao Presidente do TCM-PA que decidirá por sua aprovação ou reprovação.

18. APROVAÇÃO DAS CONTAS

18.1. Aprovadas as contas, será dada quitação ao suprido, retornando os autos à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS que providenciará a baixa da responsabilidade do suprido pelos recursos recebidos.

19. CONTAS REPROVADAS

19.1. Reprovadas as contas pelo Presidente do TCM-PA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o processo será encaminhado à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS para inscrição da responsabilidade do servidor.

20. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

20.1. A Tomada de Contas Especial é o procedimento administrativo que visa buscar o ressarcimento do dano causado ao erário na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - omissão pelo responsável do dever de prestar contas;

II - impugnação de documentos de despesas apresentados;

III - reprovação das contas.

20.2. A tomada de contas tem como finalidade:

I - apurar os fatos;

II - identificar os responsáveis;

III - quantificar o prejuízo causado ao erário;

IV - definir a conduta dos agentes responsáveis envolvidos, solidários ou não;

V - apontar o nexo de causalidade entre a conduta e o dano;

20.3. O procedimento deve conter elementos de prova e convicção suficientes para definir a conduta do agente e demais responsáveis envolvidos, que justifiquem a aplicação de penalidades.

21. PENALIDADES

21.1. O servidor suprido que descumprir as normas constantes deste Regulamento, deixar de apresentar a prestação de contas ou que tiver a mesma reprovada e/ou que deixar de restituir do valor devido, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa, estará sujeito às seguintes penalidades:

I - responsabilização pelo valor apurado devidamente corrigido;

II - ser declarado em alcance;

III - ter seu nome lançado no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

21.2. A aplicação de recurso financeiro recebido como Suprimento fora das hipóteses previstas neste Regulamento implicará em infração interpretada, para todos os efeitos legais, como aplicação irregular de verbas ou rendas públicas, sujeitando o infrator às penalidades previstas em lei.

22. PONTOS DE CONTROLE

22.1. Deverá ser verificado pelo Controle Interno:

I - regularidade do servidor suprido;

II - possibilidade legal do objeto;

III - correta classificação da despesa;

IV - aplicação dos recursos: finalidade, natureza e regularidade dos comprovantes de despesas.

V - Ocorrência de fracionamento das despesas realizadas na sede do TCM-PA decorrente da realização, de sucessivas contratações de serviço e aquisições de pequeno valor, de igual natureza, semelhança ou afinidade, com suprimento de fundos, acima do limite de dispensa de licitação, fundamentada no Inciso II, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98.

23. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

23.1. A responsabilidade do servidor suprido, quando da liberação de recursos financeiros sob Regime de Adiantamento, será registrada em conta do ativo compensado, cuja baixa dar-se-á com a comprovação das despesas realizadas e/ou a devolução dos saldos.

23.2. A baixa da responsabilidade individual do agente suprido dar-se-á após a aprovação da prestação de contas, apropriando-se os recursos não aplicados a débito da despesa orçamentária.

23.3. Os saldos referentes ao Suprimento de Fundos concedidos e não aplicados, serão devolvidos ao final do prazo de aplicação e antes do encerramento do exercício de sua concessão, em contrapartida com a anulação da despesa orçamentária.

23.4. Quando o recolhimento dos saldos financeiros ocorrer fora do exercício de sua concessão, a entrada dos recursos dar-se-á como receita de restituição.

24. NORMAS APLICÁVEIS

☐ Artigos 68 e 69, da Lei nº. 4.320/64, que “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”;

☐ Artigo 23 e Art. 60, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93, que “Regulamenta o Art. 37, Inciso XXXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.”;

☐ Artigo 178, Inciso XXI, da Lei nº 5.810/94, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará”;

☐ Artigo 315, do Código Penal Brasileiro;

☐ Portaria nº 448/2002, da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, que “Divulga o detalhamento das naturezas de despesa 339030, 339036, 339039 e 449052”.

☐ Lei Complementar nº 116/2003, que “Dispõe sobre Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de Competência dos Municípios e do Distrito Federal e dá outras providências”;

☐ Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional);

☐ Decreto nº 3000/99, que “Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza”.

ANEXO I:
SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
Nome:		
Matrícula:	Cargo/Função:	
CLASSIFICAÇÃO E VALOR DA DESPESA		
Elemento de Despesa	Descrição	Valor solicitado (R\$)
3390.30	Material de Consumo	
3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - PF	
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	
4490.52	Material Permanente.	
TOTAL		
FINALIDADE, JUSTIFICATIVA E PRAZO DE APLICAÇÃO		
<div>() Despesas em viagens ou em serviços especiais</div> <div>() Despesas de pequeno vulto</div> <div>() Despesas urgentes e inadiáveis</div> <div>Justificativa:</div> <div>Data:/...../.....</div> <div>Assinatura do servidor: _____</div> <div>Autorização do superior hierárquico: _____</div>		
DESIGNAÇÃO DO SUPRIDO		
Nome:		
Matrícula:	Cargo/Função:	
PARECER DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA		

4 - OBJETIVO DO PROJETO:

Realizar cursos e eventos de capacitação e aperfeiçoamento para os membros e servidores do TCM e do MPCM, para os jurisdicionados do Tribunal, e para integrantes do controle social, de modo a propiciar a regular aplicação dos recursos do erário em prol do interesse público.

5 - PLANO DE AÇÃO:

Especificação	Valor Total
Equipamentos	20.000,00
Material de Consumo	20.000,00
Passagens	24.000,00
Diárias Civil	60.000,00
Serviços de Terceiros Pessoa Física	30.000,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	6.000,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	20.000,00
Total	180.000,00
Para cada atividade a ser realizada pela Escola de Contas Públicas Conselheiro Irawaldir Rocha será elaborado obrigatoriamente Plano de Trabalho específico.	

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Aquisição de Equipamentos				X	X	X						
Aquisição de Material de Consumo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aquisição de Passagens	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Concessão de Diárias Civil	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Física	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Meta	Parcela Única
Desembolso de recursos no decorrer do período de execução do Projeto	180.000,00

LOCAL, DATA E ASSINATURA DO PROPONENTE:

Local e Data

Proponente

* Errata da publicação do dia 27/10/2015 que no obstante, não saiu o anexo na publicação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 30.397, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.
DESIGNAR a servidora **CYNTHIA BORGES ALEXANDRINO**, Auditor de Controle Externo - Procuradoria, matrícula nº 0101090, para exercer em substituição a função gratificada de Gerente de Expediente da Procuradoria, durante o impedimento da titular, **KATHERINE LIANNE DA COSTA ALENCAR**, no período de 13-10 a 11-11-2015.

Protocolo 894232

APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 30.395, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.
APOSENTAR, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 16 e 18 a Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005, art. 186, §1º da Lei 8.112/1990, art. 131, parágrafo 1º, inciso XII da Lei nº 5.810/1994, Lei nº 7.061/2007, combinado com o art. 2º da Resolução nº 17.474/2008-TCE, tendo em vista o que consta do Expediente nº 2015/06971-0, o servidor **RAIMUNDO BARROS DO REGO BAPTISTA**, no cargo de Analista Auxiliar de Controle Externo TCE-CTI-404 Classe D-Nível 2, matrícula nº 0100449.

Protocolo 894240

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO: Nº 03
CONTRATO: Nº 27/2014
DATA DA ASSINATURA: 29/10/2015
OBJETO: Acréscimo no valor dos serviços, objeto do contrato originário no percentual de 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco), conforme disposto em sua Cláusula Vigésima Quarta e prorrogação do prazo de execução e vigência contratual.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, §1º c/c art. 57 da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA: 30/10/2015 a 30/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
020101.....Tribunal de Contas do Estado do Pará
01.032 1122 6.267.....Operacionalização das Ações Administrativas
Fonte de Recursos: 0101 - Tesouro/Exercício Corrente
0301 - Tesouro/Exercícios Anteriores
0112 - Receita Patrimonial/Exercício Corrente
0312 - Receita Patrimonial/Exercícios Anteriores
Natureza da Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Contenção de Crédito: 2015ND00439
CONTRATADA: CAP-ENGENHARIA LTDA EPP.
ENDEREÇO: Rua 28 de Setembro, nº 585, CEP: 66053-350, Reduto, Belém/PA.
TELEFONE: 91-3241-3623
CNPJ: Nº. 05.588.494/0001-90
ORDENADOR: Luis da Cunha Teixeira

Protocolo 894401

DIÁRIA

PORTARIA Nº 30.390 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.
DESIGNAR para participar do "XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil" em Recife-PE, a Excelentíssima Senhora Conselheira Vice-Presidente **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA** matrícula nº 0100573 e a servidora RAIMUNDA DE SOUSA COSTA, Assessor de Conselheiro, matrícula nº 0100570, concedendo-lhes 04 (quatro) diárias e ½ (meia) para o período de 30-11 a 04-12-2015.

Protocolo 894234

PORTARIA Nº 30.394 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.
DESIGNAR o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente **LUIS DA CUNHA TEIXEIRA**, matrícula nº 0100828 para participar da "Celebração dos 100 anos do Tribunal de Contas do Estado da Bahia" em Salvador-BA e do "9º Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública", em Brasília-DF, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias e ½ (meia) para o período de 09 a 13-11-2015.

Protocolo 894236

PORTARIA-CONS-OIT-N. 3, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015.
Acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Portaria-Cons-OIT n. 1, de 19/02/2015, que delega competência ao Secretário Geral e, em seu impedimento legal, ao respectivo substituto, para a adoção das providências que indica.
O Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, aprovado pelo Ato n. 63, de 17/12/2012, com relação aos processos dos quais é relator, RESOLVE:
Art. 1º O art. 1º da Portaria-Cons-OIT n. 1, de 19 de fevereiro de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:
"VI - expedir comunicação de notificação dirigida ao responsável, interessado ou representante legal, conforme o caso, excetuando-se o que dispõe o § 4º do art. 50 do RITCE".
ASrt. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
ODILON INÁCIO TEIXEIRA
Conselheiro

Protocolo 894282

PORTARIA Nº 30.287, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.
CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar o pagamento do adicional de qualificação previsto no art. 28, da Lei estadual nº. 8.037, de 05 de setembro de 2014 e regulamentado pela Resolução nº 18.721, de 08 de julho de 2015;
R E S O L V E:
Art. 1º. Autorizar a implementação do pagamento do adicional de qualificação a partir de 01 de janeiro de 2016, observada a necessidade de requerimento do servidor nos termos do art. 7º, da Resolução nº 18.721, de 08 de julho de 2015.
Art. 2º. Designar os servidores ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO, Secretária de Gestão de Pessoas, matrícula nº 0100307, HILDENAR HELSER DE AGUIAR FRANCO, Coordenador de Desenvolvimento de Competências, matrícula nº 0100315 e MARIA DE FÁTIMA COELHO, Assessora Técnica de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0100020, para, sob a Presidência da primeira, comporem Comissão de Avaliação de Adicional de Qualificação prevista no art. 6º, §5º, da Resolução nº 18.721, de 08 de julho de 2015.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo 894376